

'O crime organizado está nas instituições'

Eleito para o quinto mandato consecutivo na presidência da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Agesandro da Costa Pereira diz que continuará a aplicar a mesma linha que o mantém no cargo desde 1991. Segundo ele, a Ordem atuará na proteção às instituições, ao estado de direito democrático, na defesa da cidadania e contra o crime organizado. Por seu trabalho na Ordem e no Fórum de Combate à Violência e à Impunidade, Agesandro foi indicado para receber o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, mas, ao mesmo tempo, tem sofrido ameaças, pelo combate às ações do crime organizado, que ele diz estar se "infiltrando perigosamente nas instituições" do Estado.

Como é estar sendo eleito pelo quinto mandato consecutivo para a presidência da OAB?

Eu recebi a eleição com grande humildade, porque avalio as responsabilidades que eu assumo com meus colegas advogados e com a sociedade civil. Nesses anos em que temos dirigido a Ordem, com o amparo dos advogados e com a ajuda dos meus companheiros de conselho, eu me coloquei inteiramente a serviço da advocacia.

Quando meus colegas me escolhem novamente, e por uma votação muito expressiva - nossa chapa obteve cerca de 63% dos votos -, vejo que eles apóiam a linha de orientação da Ordem, não só no campo institucional, como no campo corporativo.

Reeleito na OAB-ES, Agesandro afirma que há agentes políticos que servem ou fecham os olhos para o crime

AS 22/128
RADANEZI AMORIM



Chico Guedes

Ligações

Agesandro disse que, apesar das ameaças que recebe por telefone, não vai se intimidar

Ordem continuará seu trabalho contra a corrupção e o crime organizado?

tráfico no Estado aumenta em proporções alarmantes.

A jogatina aqui no Espírito

atividades do Fórum são muito pronunciadas, as ameaças recrudescem; quando as atividades do Fórum estão menos evidentes, elas atenuam. Tenho convivido com elas, desde a instalação do Fórum contra a Violência.

E como o senhor tem vivido sob ameaças; elas têm atrapalhado sua vida? O senhor recebe proteção especial?

O ministro da Justiça, José Gregori, determinou que a Polícia Federal me prestasse segurança. Quando essa segurança se torna mais necessária, ela se amplia. Quando os momentos são mais tranquilos, ela pode ser diminuída. Eu tenho deveres a cumprir, com a Ordem, com os advogados, com a sociedade civil, e eu os cumprirei, sejam quais forem as circunstâncias. Não são ameaças que me vão desviar da rota que tracei e que é a exigência que se impõe em virtude dos compromissos com a Ordem, com o Fórum e com a sociedade civil.

Se aqueles que ameaçam pensam que isso neutralizará nossa atividade, estão enganados, porque não hão de influir em nada. As ameaças podem gerar certa intranquilidade, mas não serão motivos para que nos entimide-mos e deixemos de adotar as providências que as responsabilidades nos impõem.

Há uma relação de apoio entre o trabalho da Ordem e da CPI do Narcotráfico?

Ao longo desse anos a Ordem tem remetido às autoridades competentes documentos que lhe são enviados. Ela não participa do contexto institucional, mas é cri-

a linha de orientação da Ordem, não só no campo institucional, como no campo corporativo.

E em relação aos advogados, o que será feito pela classe na próxima direção?

Na vertente corporativa, a OAB ampliará a assistência que vem dando aos advogados. A assistência nos foros, no aumento do número de salas; assistência de saúde; com nossa farmácia; com nossa livraria; o plano previdenciário; a cooperativa econômica de crédito; a previdência, que já está nas pinceladas finais; e outras providências ligadas à atividade assistencial. Nós assistimos aos advogados carentes, aos doentes, auxiliamos na subsistência, no tratamento, tudo por meio da sua caixa de advogados, que terá ampliadas suas atividades no curso desse período em que vamos gerir a Ordem.

Como tem sido a linha de atuação da OAB, sob sua presidência?

A linha de atividade da OAB nesses anos se pauta em duas vertentes. A primeira diz respeito ao resguardo das instituições, de prevalência do estado de direito democrático, à defesa da cidadania, à luta pela seriedade, pela exatidão e pelo aperfeiçoamento institucional.

Na outra vertente, nós lutamos muito duramente pela dignificação da advocacia, pelo respeito às prerrogativas dos advogados. E pela criação de um ambiente que facilitasse o exercício da advocacia nos termos em que ela deve ser exercida, com independência, com ética e com eficiência.

Quais os projetos para a próxima direção, quais as metas mais importantes? A

Ordem continuará seu trabalho contra a corrupção e o crime organizado?

Nós vamos implementar a luta institucional. No Espírito Santo, nesses últimos anos, a situação em geral das instituições não tem sido muito animadora. Aqui se desenvolve, cresce e fortifica o crime organizado. Ele está se infiltrando perigosamente nas instituições. E tem agentes políticos em escala elevada da pirâmide institucional que serve ao

crime ao crime organizado, ou pelo menos fecha os olhos para a proliferação dele.

Nós verificamos nos últimos anos que essa contaminação se tornou preocupante. E a Ordem, que tem essa linha de luta, pelos direitos humanos e aperfeiçoamento institucional, entendeu que era necessário convocar a sociedade civil para ampliar

o combate e para estabelecermos trincheiras fortes.

E como é essa a ação do crime, como ele se infiltra nas instituições?

Essa contaminação se dá pela corrupção. O crime organizado é muito forte. A cocaína, o jogo, a corrupção, labutam com muito dinheiro. Tem poderio para eleger pessoas, poderio para colocar gente de sua confiança em postos de alta responsabilidade, para neutralizar qualquer ação repressiva do Estado.

Então convocamos a sociedade civil, as igrejas católicas e evangélicas, as associações de classe, os sindicatos, os representantes do povo, e fundamos um fórum de resistência à violência. Isso passou a incomodar aqueles que vivem com o crime organizado. Por que essa é uma atividade muito rendosa e, além disso, tem perspectivas muito amplas. O

tráfico no Estado aumenta em proporções alarmantes.

A jogatina aqui no Espírito Santo é a mais ampla possível, com o jogo do bicho, os bingos, e as máquinas de jogo, que proporcionam um lucro muito grande aos exploradores, que estão ocultos atrás de testas-de-ferro que aparecem ao conhecimento da sociedade.

O senhor também atua no Fórum de Combate à Violência e a Impunidade. Como é este trabalho?

Esse fórum desenvolveu uma atividade notável, no sentido da conscientização da gente capixaba. Mas os elementos do mal, do crime, nos têm movido uma resistência sem trégua.

Quando o Fórum realizava a primeira reunião aqui na Ordem, houve ameaças de destruição inclusive do prédio.

Denunciamos que haviam colocado explosivos aqui e houve a intervenção da Polícia Federal, para garantir a regularidade da reunião, que contava com o arcebispo de Vitória, Dom Silvestre Scandiam, com pastores evangélicos, líderes comunitários, representantes da sociedade, organizações de direitos humanos, e sindicatos, associações de classe. Propusemos ações populares para obter a anulação de atos praticados em detrimento da moralidade pública.

O senhor comentou sobre as ameaças. Elas começaram depois da implementação do Fórum?

As primeiras ameaças ocorreram com a instalação do Fórum contra a violência. Foram ameaças à Ordem e pessoais, dirigidas a mim. Elas se fizeram por telefonemas normalmente partidos de orelhões, e se intensificam em determinada época. Quando as

tem remetido às autoridades competentes documentos que lhe são enviados. Ela não participa do contexto institucional, mas é crítica e auxiliar. Na linha das responsabilidades da Ordem, ela encaminha denúncias, algumas à Comissão do Narcotráfico, outras à Procuradoria Geral da República, outras à Procuradoria Geral do Estado, outras à Polícia Federal. Nos últimos anos, a Ordem se tornou o último recurso das classes populares. A sociedade, os humilhados e ofendidos nos procuram insistentemente no tocante ao resguardo, ao pedido de proteção de seus direitos violados, a denúncias, reclamações contra desatinos, oriundos de autoridades. Nessa linha, a Ordem se vincula às autoridades.

Pode-se dizer que a cooperação da Ordem no combate ao crime organizado é uma marca de sua figura como presidente?

Nós tínhamos aqui a Comissão de Direitos Humanos, que recebia denúncias e adotava as providências possíveis. Com o

recrudescimento da violência no Estado, verificamos que era mais eficiente um trabalho conjunto, e então concebemos a estruturação de um fórum que congregasse todos as entidades da sociedade civil, todos os que se preocupavam com os direitos humanos e a tranquilidade do povo capixaba. E esse fórum criou uma coordenação, da qual participa a Ordem dos advogados.

A nossa preocupação maior é que as instituições funcionem, que nossos direitos sejam respeitados. O bom funcionamento institucional é fundamental ao exercício da cidadania. Esses compromissos dos advogados nos levam a uma postura nessa mesma linha, em favor do bom funcionamento institucional.

As ameaças não serão motivos para que deixemos de adotar providências